

"O MUNDO SOCIAL DA INFRAÇÃO JUVENIL FEMININA: O CASO CEDUC/PADRE JOÃO MARIA"¹

JANAINA HENRIQUE DOS SANTOS (UFRN)

RESUMO

Este trabalho busca fazer reflexões sobre o mundo social da infração juvenil feminina. Cujo contexto corresponde à situação de privação de liberdade para adolescentes mulheres que cumprem medidas socioeducativas no Centro Educacional Padre João Maria (CEDUC), na cidade de Natal-RN. Comportamento este, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, determinado como conduta descrita como crime ou contravenção penal. O estudo faz parte da pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Objetiva-se com o estudo discutir aspectos dos contextos em que as adolescentes mulheres estão interagindo com os universos dos mecanismos de controles institucionais, as medidas socioeducativas, a relação com a família, com as demais adolescentes, e como se relacionam com o ato infracional cometido, parte do mundo da criminalidade e violência.

PALAVRAS CHAVES: Ato Infracional, Gênero, Adolescência

¹ II ENADIR - Encontro Nacional de Antropologia do Direito - GT 11: “Antropologia e questões infanto-juvenis”.

INTRODUÇÃO

Proponho analisar neste artigo as interações realizadas no âmbito da instituição para adolescentes mulheres que cumprem medidas socioeducativas no Centro Educacional Padre João Maria (CEDUC/RN), por terem cometido *ato infracional*. Considerando as categorias acionadas pelos interlocutores e pelas legislações correspondentes ao público adolescente como composição do mundo social em que os interlocutores estão inseridos. Entendendo a análise de relações como parte do universo correspondente as instituições totais.

Veremos como a partir das idéias acerca do público desviante acaba por direciona a forma de tratamento aos sujeitos que estão à margem do padrão de expectativas. Essas por sua vez, nos condicionam a pensar em três formas de penalidades intrínsecas as representações sobre as adolescentes que *interagem com a lei*.

A primeira correspondente ao recorte geracional. Pois, a demanda para a juventude na nossa sociedade capitalizada nos envolve na insegurança de que o futuro nacional estaria nas mãos desse público. Portanto, remetendo a sua responsabilidade em corresponder as expectativas de progresso e de profissionalização em detrimento de considerar as outras formas de interação social que envolve essa fase da adolescência. Tais como: relações de amizade, namoros e família.

O recorte de gênero também conduzido pelo viés da expectativa à mulher como sendo a dócil, biológica e socialmente incapaz de cometer delitos. Pois, entre outros apontamentos esse é um universo que corresponde ao grupo de gênero masculino. Interligado com a noção de o homem ser encaminhado para esfera pública de relações e práticas cotidianas e a mulher como sujeito voltado para a esfera privada. Em que suas interações são limitadas em torno da família e filhos.

O terceiro satisfaz a idéia da prática da criminalidade e/ou violência. Assim, quando se trata de adolescente e sendo mulher, cujas práticas tidas como desviantes não corresponde a figura sensível que lhe é empregada, essa por sua vez, pode ser considerada como sendo mais perigosa e anômala do

que o próprio sujeito masculino. Cujas construções sociais foram deferidas para mostrar dentre outros aspectos, a virilidade. Porém, no contexto de geração, os dispositivos de controles correspondem à ideia da mulher adolescente como vítimas das questões de tensões familiares que acabam por aproximá-la do “universo da criminalidade”.

O estabelecimento

O Centro Educacional Padre João Maria (CEDUC) faz parte do conjunto de unidades mantidas pela Fundação de Assistência à Criança e ao Adolescente (FUNDAC) no Estado do Rio Grande do Norte, quando a antiga dinâmica da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) foi extinta em 1994. A FUNDAC/RN surgiu na tentativa de mudar as premissas na forma de como lidar com *adolescentes que interagem com a Lei*. A Unidade está localizada na Avenida das Fronteiras na Zona Norte da Cidade do Natal-RN. Sua fundação aconteceu em outro bairro da cidade, registrando-se dezesseis anos de existência, sendo onze anos nas instalações atuais.

De fora, a estrutura física não compreende tratar-se de uma instituição prisional que trás na sua composição, muitas vezes guaritas altas e apetrechos pontiagudos nos seus muros. Porém, não foge à regra de compor um sistema prisional *total*, tendo como primeiro aspecto a tendência ao fechamento

Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (...) (GOFFMAN, 1961)

Acrescenta-se a isso, várias outras características presentes logo ao transpormos seus muros. De ordem prática ou em relação ao cotidiano. Sejam eles visíveis, nas práticas institucionais disciplinares ou invisíveis compondo as disposições simbólicas. Apesar de versar sobre um sistema prisional dotado de regras e simbolismos, de fato, a instituição surpreendeu-me, dentre outros

motivos, pela organização, limpeza, arborização. A quebra de expectativa em não encontrar um espaço, sombrio e agitado, chega até ser convidativo. A unidade ainda não possui um histórico de motins ou rebeliões. Tornando-a, aparentemente, pacífica.

Diferentemente do CEDUC/Pitimbú², por exemplo, conhecido pela sua precariedade nas condições de vida dos adolescentes, atribuído em grande medida à falta de infra-estrutura e interesse público. Foi a situação encontrada durante a pesquisa de FROTA (2006): “Entre o Pavilhão e o Inferno, CEDUC: Trajetórias dos meninos infratores no CEDUC/Pitimbú”. Assemelhando-se as condições gerais nos espaços prisionais no Brasil. Onde se pode encontrar, por exemplo, “um odor insuportável, incômodo, que não vinha apenas da sujeira do ambiente, mas dos jovens e adolescentes que ali estavam, daqueles corpos marcados por escoriações, hematomas, feridas abertas e recém-cicatrizadas” (FROTA, 2006.p.40)

O Corpo profissional é composto por uma coordenação (coordenadora e vice-coordenadora); equipe técnica (formada por uma psicóloga, uma assistente social e uma pedagoga); dois professores e doze educadoras que dividem a carga horária em plantões; policiais do sexo masculino, dois motoristas; e pessoal que trabalha na cozinha. Além de duas secretárias que trabalham no serviço burocrático que dividem turnos semanalmente.

Existem ainda outros profissionais efetivos da FUNDAC/RN que prestam serviço para a unidade. Participando de escalas de horários semanalmente e fazendo parte do quadro da instituição. São eles: a professora de dança e o professor de teatro, uma profissional que faz o trabalho de religião e que também assume a função de assessorar os serviços administrativos. Exceto a profissional responsável pelas atividades de religião, os demais profissionais tem a característica peculiar de poder exercer atividades em demais unidades da Fundação.

Trabalham ainda para a unidade uma advogada que acompanha as adolescentes nas audiências e assessora os andamentos dos processos e um médico da especialidade clínica geral que dá expediente uma vez por semana.

No período em que a pesquisa se desenvolveu foi criado um Conselho formado pelo corpo profissional efetivo da unidade para deliberar sobre

² Trata-se de outra unidade no Estado voltada apenas para adolescentes homens.

quaisquer decisões a serem tomadas. Funciona de forma a contemplar representantes dos cargos e funções que compõem a instituição. As reuniões são sempre de caráter extraordinário, quando surge algum motivo de necessidade deliberativa.

A rotina constitui-se numa programação semanal. Cada dia é dedicado a uma atividade específica. De segunda-feira a sexta-feira no período matutino as adolescentes estão em sala de aula. Algumas adolescentes que se encontram na Medida sócio-educativa de semiliberdade, estão matriculadas em escolas da região. No sábado é dedicado à “beleza”. Momento em que as adolescentes cuidam da aparência e higiene pessoal, por exemplo, cuidar das unhas, maquiagens, cabelos, e etc. No domingo, para alguma adolescente que tem parentes de outras localidades é aberta uma concessão. Esse dia também fica dedicado ao lazer: ouvir música, jogar bola e etc. A segunda-feira à tarde dedica-se ao trabalho religioso, um grupo de evangélicos junto a uma funcionária da própria instituição realiza essa atividade. A terça-feira fica voltada ao trabalho de duas estagiárias do curso de Biologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Além dessa atividade as adolescentes também recebem e podem realizar ligações para parentes. A quarta-feira é o dia de visitas de parentes e amigos. Na quinta-feira são realizadas as aulas de dança e teatro com uma funcionária da FUNDAC/RN. Na sexta-feira ficaram dedicadas para as minhas oficinas, onde são trabalhados temas diversos, por exemplo, sexualidade, violência, família, história de vidas e etc., como também realizar algumas entrevistas, conversas, e *feedbacks* dos encontros. As adolescentes ainda participam de oficinas de artesanato, ministradas por uma educadora artesã que realiza o ofício nos dias do seu expediente, geralmente no período da tarde, após o término das demais atividades, e no período noturno, por não ser ocupado por atividades externas.

ANÁLISES DAS RELACÕES

Assim como espaços coletivos tem a necessidade de ser construídos através das interações dos indivíduos, o CEDUC/Padre João Maria apesar de ser orientado por normas que carregam princípios de uma estrutura prisional,

comporta também suas regras específicas. Dado o fato de se tratar de adolescentes. A forma como essas normas são recepcionadas por cada um dos funcionários e funcionárias, inclusive para as próprias adolescentes, de certa forma é muito particular, inclusive para as próprias adolescentes.

Portanto, identifico esse aspecto da vida institucional como sendo uma ponta do *iceberg* na compreensão da vida social para as Ciências Sociais. Em virtude, de ser sua proposição descortinar as impregnadas formas de interação social, considerando que “a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais.” (CERTEAU, 1994: 38).

Nesse sentido, durante a pesquisa de campo foi observada a prática no tratar as normas produzidas, diferindo entre interlocutores cotidianamente. Como consta no caderno de campo: *era visível a falta de interesse por parte de alguma das educadoras em facilitar a presença das adolescentes que se encontravam na “reflexão” na ocasião da atividade que eu ministrava. Mesmo a coordenadora tendo me falado desde o início do trabalho de campo da disponibilidade de liberar todas as adolescentes, inclusive as que se encontrassem no “castigo”. Quase sempre quando acontecia de ter algumas das adolescentes na reflexão, elas me chamavam na sua grade para que eu entrevistasse junto à coordenação. Pois, embora que algumas vezes percebesse a dispersão durante a atividade, certamente era melhor estar fora do dormitório que dentro. Como comentou comigo uma das adolescentes que “não agüentava mais ficar trancada”.*

Na maioria das vezes elas eram liberadas seja via minha intervenção seja pelo próprio entendimento por parte da coordenação sobre a importância das adolescentes em participarem da atividade e já me avisava anteriormente ao início da oficina sob pena de que voltariam para a “reflexão” logo após a atividade. Seja qual for a forma de liberação das adolescentes, em geral era vista com maus olhos pelas educadoras que entendiam como sendo um rompimento com a autoridade anteriormente determinada. Indicando para essa situação uma mudança no proceder da instituição reconfigurada em virtude da mudança de gestão: “na época de Roseli³ não era assim”. Entretanto, havia

³ No intuito de preservar a identidade dos interlocutores seus nomes foram substituídos.

outras educadoras em que nesse ínterim, entre a minha chegada e a hora de início da atividade, incentivava para que eu fosse falar com a coordenação e retirar as adolescentes. Muitas vezes dando opiniões sobre o motivo em que ocasionou a *reflexão*.

Embora não identifique que as adolescentes tenham deixado de participar em algum momento por motivo de sanção por parte das educadoras, do contrário, o que costumava prevalecer, em geral, era a participação das mesmas nas atividades, chamava a atenção os entendimentos que divergiam sobre uma mesma situação.

As decisões oscilavam pela filosofia da reeducação e a política de penalidade. Enquanto a coordenação me explicava o entendimento sobre a relevância das adolescentes mesmo estando em sanção, ademais quando esse não era o motivo da liberação, pois explicava que talvez nas oficinas o momento pudesse possibilitar a descontração das tensões ou até mesmo servisse para que pensassem melhor sobre a contravenção realizada dentro da unidade. As condutas tidas como mau comportamento, versavam entre fugas, intrigas entre as adolescentes e/ou desacato as profissionais e dano ao patrimônio da instituição, ou até mesmo se caso tivesse chegado alguma adolescente recentemente, pois essas são impedidas de saírem antes dos três primeiros dias que estão na unidade.

Deste modo, o entendimento sobre a importância das adolescentes participarem de atividades pedagógicas é de caráter, muitas vezes, que pode ser considerado fluido. Motivando o questionamento sobre o porquê de pessoas que compartilham do mesmo espaço de interação social e sob regras comuns acabam por ter entendimentos díspares sobre um mesmo evento ou situação? Acrescenta – se o fato de tratar-se de teores disciplinares.

A família também aparece nesse contexto de interlocutores das relações institucionais exercendo o papel, tanto da motivação em sair da instituição, pois são voltadas aos familiares todas as declarações de causas de arrependimentos e decepções, como os apontamentos de negligência, por falta de condições econômicas, educação, dentre outras. Configurando-se na conhecida “família desestruturada”.

É relevante apontar duas das situações em que as famílias interagem diferentemente ao fato das adolescentes estarem no CEDUC/Padre João Maria por terem cometido ato infracional. Um dos casos refere-se a adolescente que possui treze anos teria cometido suicídio. Seu pai inconformado com a atitude da filha em praticar determinado ato, não conseguiu esconder a tensão e desespero diante da situação. Com isso, durante uma ocasião da pesquisa de campo em que pude acompanhar a primeira visita do pai realizada a filha na unidade, pude presenciar a exaltação dele em se negar a passar pela revista alegando não haver necessidade e que não gostaria de se submeter ao procedimento. Fazendo com que a coordenação tomasse a decisão de deixar a visita ocorrer na sala da coordenação e não no refeitório (lugar voltado também para essa finalidade) junto com todas as visitas. Essa visita não foi tão comum, pois se ouvia gritarias e choros pela indignação do pai que chamava a atenção da filha na tentativa de fazê-la enxergar o ato cometido. Como não bastasse toda a aversão pela situação provocada pela filha a família da adolescente que era constituída pelo pai, mãe e um irmão com pouco mais de dez anos, foi desfeita pela separação dos pais. Cujas informações da própria adolescente “meus pais separaram porque meu pai colocava culpa na minha mãe pelo o que eu fiz.”

Em outra situação em que a adolescente teria cometido também ato infracional com “ameaça à vida”, temos um quadro diferenciado de abandono e “desestruturação” familiar. Pois, a adolescente que possui dezesseis anos, quando criança foi criada pelos pais e logo entregue pela mãe aos avós paternos. Segundo a adolescente os pais teriam muitos problemas que ocasionou na morte do pai. Em uma entrevista a adolescente declara: *“Ai um dos amantes da minha mãe. Foi para o barco, no rio Potengi. Ai é negão, que é o nome do cara é bombinha, que é o filho. Ai meu pai tava no barco com eles. Ai eles disse vamos pescar Romário, que era meu pai. Romário bora. Ai eles foram. Quando chegou no meio do mato, no rio. Minha mãe disse que era pra virar o barco. Ai virou. Ai eles como sabia nadar, sobreviveu. Meu pai como não sabia morreu afogado. Minha mãe que planejou a morte do meu pai. Ai depois que coisou. Ela tava em casa de resguardo da minha irmã. Ai eles vieram de volta pra casa e meu pai foi achado em Santa Rita⁴.”*

⁴ Litoral Norte da Cidade de Natal-RN.

A adolescente tem o histórico de Casa de abrigo e “passagem” para crianças e adolescentes. Não costuma receber visitas e possui um filho com pouco mais de um ano que também está na Casa Abrigo. Sua referência de família é entrelaçada pelas dificuldades financeiras e de falta de carinho e atenção, prevalecendo mais a presença das relações de amizade na condução da sua *carreira moral*. Pois, segundo Goffman, “não só as experiências das pessoas são identificadas retrospectivamente com momentos decisivos, mas também as que já foram superadas podem ser empregadas assim”. (GOFFMAN, 1988. P.50)

É interessante apontarmos outra importante relação no âmbito institucional que condiciona formas de entendimentos e práticas diferenciadas. Seria o fato da existência do conflito entre duas adolescentes. Ademais, não é raro encontrarmos esse tipo de conflito nas instituições totais. Dentre outros motivos, muitas vezes o que está em jogo refere-se a disputa de lideranças e relações de poder. Não obstante, nessa relação não poderíamos descartar a presença desses motivos. Porém, o que se trata aqui seria a principal motivação para a relação tensa ser o fato de o ato infracional, o homicídio, ter sido cometido pelas duas adolescentes.

Com isso, ambas se julgam pela iniciativa. Cujas responsabilidades do ato cometido é, geralmente conferido à outra. É relevante observar que esse tipo de tensão e disputa pela não responsabilidade do ato, apesar das duas terem proferidos facadas sobre uma mesma vítima, causar agressões verbais e físicas.

A situação já teria provocado escoriações em uma das adolescentes e sua possibilidade de transferência para outra unidade. Segundo uma das adolescentes “ela é louca, quer me matar porque eu não assumi que fui eu. Se não fui eu sozinha, foi as duas.” Essa idéia da atuação do *crime* e sua representação social enreda as simbologias de atuação do indivíduo e como ele será visto pelos demais. A esse ponto: Do mesmo modo, Almeida (2001) revela no seu estudo um cenário em que a mulher não é apenas a vítima e subordinada às violências domésticas, simbólicas etc, sejam por seus companheiros ou pela sociedade em geral, mas aponta seu alcance à visibilidade pelos crimes cometidos, o homicídio. Além disso, alarga a

discussão ao campo jurídico questionando seu discurso relacionado aos crimes cometidos pelas mulheres alegando fazerem parte de um discurso que ressalta o crime como uma característica feminina, portanto,

“A definição do crime em geral deixa de certa forma, despercebidas as especificidades dos crimes cometidos por mulheres naquilo que supostamente criminólogos e sociólogos chamaram de “criminalidade ou delinqüência feminina”. Percebe-se que essa delinqüência é muito explicada, salvo explicações baseadas nos “modelos masculinos” de criminalidade. Quando se trata do estudo de violência cometida pela mulher, essa é mais uma vez posta em segundo plano. As mulheres continuam entre “parêntese” (ALMEIDA, 2001).

O discurso jurídico investigado não localiza apenas uma situação de violência em que as mulheres são as protagonistas, embora nesse contexto não seja entendidas como tal, mas reflete uma representação jurídica da “condição feminina”.

Elaborando reflexões bourdiesianas a autora aponta que os traços, marcadamente dominadores tanto de ordem objetiva como simbólica, via socialização dos papéis de gêneros, buscam colocar os indivíduos em lugares ajustados, diferenciados, inclusive quando se trata da delinqüência (Almeida, 2001: 87).

Outra situação relacionada especificamente às adolescentes refere-se como elas lidam com os códigos disciplinares e as dinâmicas institucionais totais. Pude identificar tal proposição numa das conversas informais que tive com uma das adolescentes na pracinha do pátio da unidade. Por muitos minutos, ela discorreu sobre parte da dinâmica de vida anterior à sua entrada.

A adolescente, recentemente teria voltado à instituição após realizar uma fuga depois de saltar o muro da unidade. A evasão teve como motivação a tensão vivenciada pela adolescente em consequência de uma notícia de que seu namorado estaria com outra pessoa aqui fora. Isso teria lhe deixado muito tensa e ansiosa na instituição. Na tentativa de averiguar a veracidade da informação foi ao encontro do parceiro e de amigos incomum. Apesar de constatar a suspeita teriam tido uma conversa, ocasionando na sua compreensão sobre as motivações dele para tal atitude. Investida na expectativa, laçada por ele, de ficarem juntos após o cumprimento da Medida,

teria ficado mais tranqüila e “consciente” da sua condição de interna. No decorrer da conversa, enquanto falava da saudade que tinha do namoro e das expectativas quando da sua saída da instituição, revelou sob forma de segredo o intuito de diminuir a distância entre o casal através da possibilidade de receber um telefone celular que viria às escondidas para a unidade.

Essa declaração teria me deixado desorientada, pois não sabia como reagir diante daquela informação tão carregada de sentido. Várias seriam as proposições: será que a adolescente estaria testando minha confiança? E se caso a coordenação ficasse sabendo que ela teria me contado e que não falei nada? É certo que a minha maior tensão pairou em amenizar essas questões. Por isso, oscilava entre o pedir-lhe que não contasse a ninguém que eu sabia (só assim eu não precisaria me explicar caso a notícia viesse à tona) e o receio de manter um “contrato” com uma das adolescentes. No entanto, resolvi deixar tudo como estava e tentar a “sorte” para não ser envolvida diretamente na história, uma vez que já me sentia envolvida pela declaração.

Com isso, é relevante ressaltar três principais análises sobre a “arte de fazer” no âmbito institucional. Concernente, a relação da adolescente em desabafar sobre sua história, a transgressão cometida (fuga) e a mentalizada em cometer (a posse do celular). Isso seria a demonstração de como os sujeitos elaboram seu cotidiano em estratégias para lidar com as limitações. Na maioria das vezes burlar as restrições significa está interligada com a necessidade de manter o contato com a dinâmica externa de relações que não se configura apenas fisicamente, mas através de práticas que transgridam a realidade vivenciada. Ademais, negam sua condição de interna de não pertencimento do lugar, ora reafirma sua identidade transgressora. Com o intuito, de mediar a limitação entre a *socialização primária* e a *socialização secundária*⁵ na manutenção da vida institucional. A despeito, dialogando com Certeau (1994) acerca de como os “consumidores” se comportam diante das representações produzidas pela elite dominante e que acabam por realizar uma nova produção de consumo daquilo que lhe é imposto. Assim, podemos analisar a “arte de fazer” cotidiana das nossas interlocutoras: profissionais da

⁵ Essa categoria é desenvolvida por Fachinetto (2008), através dos autores Berger e Luckmann (2006).

unidade e adolescentes, bem como a minha vivência de pesquisadora como interlocutora da dinâmica, como sendo variações manipuladas diante das regras conferidas à instituição.

Contudo, os consumidores nesse universo são todos aqueles que habitam direta ou indiretamente a instituição. Cujo grupo estigmatizado seja caracterizado como sendo direcionada a aceitação dessas regras e pra quem as mesmas foram construídas. Causa-se com isso uma expectativa no cumprimento dessas normas, cuja vigilância é revestida pela ânsia da realização desse objetivo. Porém, a inserção dessas regras no cotidiano novo para as protagonistas, cujo requerimento de uma espécie de estratégias, tem a centralização do fazer dos demais agentes. A esse ponto, o autor repassando a relação entre as etnias indígenas e os colonizadores espanhóis, por exemplo, analisa como o grupo realizava uma espécie de “bricolagem” com ações dominadoras que eram submetidos. Contudo sem deixar de rejeitá-las, mas dando contornos diferenciados. Discorre melhor o autor:

Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os “assimilavam” exteriormente; seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder que não tinham meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de “consumo.” CERTEAU (1994, p. 38)

Nesse sentido, Certeau resolutivo na elaboração da noção de *clandestinidade*, analisa que com as regras impostas, resta para os sujeitos interagirem com as normas e construir seu próprio espaço dotado de códigos de interação. É através das maneiras de fazer que as relações são amenizadas no universo de teor repressivo. Nesse ponto ele dialoga com Foucault de forma “análoga e contrária”. No que refere-se a analogia constata que ocorre a distinção “microbianas” dos “processos disciplinares por parte dos consumidores”, alterando o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano”. Quanto a noção contrária nas reflexões da obra foucaultiana, discorre sobre o fato de “não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar”, dando lugar a criativa forma de interagir com esses dispositivos dos “presos nas redes da vigilância”. (CERTEAU, 1994, P. 41)

É interessante perceber a forma como essa disparidade é recebida e conseqüentemente, reproduzida pelos habitantes da instituição. Os papéis exercidos por cada um dos profissionais são claramente diferenciados. No que cerca o papel da coordenação é gestar o cumprimento das normas e decidir sobre as condutas das adolescentes e funcionários em geral. Enquanto que a vice-coordenadora se encarrega especificamente da parte burocrática administrativa, se dedicando mais especificamente no cuidado dos atendimentos médicos e receituários das internas.

Muitas vezes se anulando nas decisões mais significantes. Talvez podemos apontar o fato de está inserida profissionalmente na categoria das educadoras, e ter exercido a função por um longo período, embora não desempenhe mais esse papel é evidente seu envolvimento e conseqüente identificação com o grupo. Isso ficou evidente na ocasião da reunião do Conselho da unidade quando a vice-coordenadora teria ficado junto das outras educadoras enquanto que a coordenadora estava apostos num lugar central, acabando por ficar no lugar direcionado a ela a responsável pelas oficinas de religião. Cujas situação negado o chamado para ocupar o lugar onde a coordenação ficaria apostas.

A atual coordenação, iniciada no ano de 2009, é apreciada pelas educadoras por executar os procedimentos de forma flexível. Pois, a antiga coordenadora da unidade sempre era apontada como sendo uma pessoa difícil de lidar é considerada como sendo “rude”, bem como declarou uma das adolescentes. Com isso, era comum mensurar as comparações quando da ocasião de avaliar as gestões. Portanto, eram corriqueiras as declarações do tipo “se fosse Dinorá isso não aconteceria”. Porém, não é assim nas outras esferas profissionais. Pelos membros da equipe técnica, por exemplo, a figura da gestão aparece como sendo intransigente.

Talvez isso aponte duas nuances divergentes. A primeira refere-se a posição das educadoras em garantir a manutenção da ordem e da segurança. Sem contar que seu papel assemelha-se a de um agente da força policial, bem como considerando a ausência de políticas pedagógicas capazes de garantir a execução de atividades multiplicadoras realizadas pela categoria. Com isso, motivando a proximidade com as práticas e princípios disciplinares. A outra corresponde a interligação da prática na área pedagógica, do Serviço Social e

Psicologia. Áreas de cunho de mediação de conflitos, através da escuta sobre a experiência de vida e investigação *in loco* sobre as famílias. Comportando, também a esfera externa familiar, afetiva, estudantil de buscar a manutenção dos direitos e dignidade dos sujeitos, cumprindo assim um papel de proteção e visão diferenciada sobre as adolescentes.

Com isso, podemos observar como estão interagindo os atores em relação de *iguais*. Porém, possui as estratégias de vivência e sobrevivência nas micros sociedades, se debruçando com dispositivos diferenciados. Assim, “os indivíduos compartilham seus pensamentos e harmonizam suas preferências, mas as instituições que determinam a tomada das decisões” (DOUGLAS, 1998). É importante entender que essas decisões, muitas vezes, são tomadas dentre outros motivos por tratar-se do envolvimento do gênero e fase geracional atuando como motivador e mediador dos conflitos.

CONSIDERAÇÕES

Assim, contextualizando os processos de socialização de gênero, vemos que a dominação não apenas abate as mulheres, mas o universo masculino também recai à sua “cilada”, embora isso ocorra para ambos em posições diferenciadas. Em Bourdieu, tratando da “virilidade e violência”, podemos perceber que a conjunção das violências objetivas e subjetivas, enquanto são para as mulheres “virtudes de abnegação”, para os homens as “representações dominantes” são formas prisioneiras de vitimá-los. Pois, para os homens a exigência de cumprir o chamado da virilidade ocorre “sob pena de renegar-se”. A mulher, por sua vez, interage com a situação de honra a fim de perdê-la ou defendê-la (Bourdieu, 2007: 64).

A violência por essa via de análise nos dá a impressão de está seguindo na “contramão”. É notória a preocupação na atualidade com a mulher no contexto de violência. Contexto esse que não contempla o exercício da violência das mulheres e sim nas mulheres. Por não ser a que fere, maltrata, mata. Do contrário, é a que sofre, é a vítima. Portanto, ter o conhecimento de outras situações que envolvam as temáticas Mulher e Violência é ampliar as concepções de indivíduo e suas relações sociais. Pois, a violência não como

um fenômeno geral e homogêneo, mas fragmentado às especificidades, aos contextos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rosemary de O. *Mulheres que Matam: universo imaginário do crime no feminino*. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, 197p.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CUNHA, Manuela P. da: 1994, *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.

CUSSON, Maurice. "Desvio". In: Raymond Boudon, *Tratado de Sociologia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995.

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Ed Universidade de São Paulo, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petropolis-RJ: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: A identidade deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LEI Nº 8069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VALLE. Carlos Guilherme O. *Identidade, Doença e Organização Social: um estudo das pessoas vivendo com HIV E AIDS*". Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 179-210, junho de 2002.